

Sumário

**DOCTRINA**

**ARTIGOS**

Mídias digitais, publicidade e imunidade tributária

<b>Ricardo Lodi Ribeiro</b> .....	9
I Introdução.....	9
II A natureza jurídico-tributária da inserção de publicidade e propaganda.....	9
III A imunidade tributária do artigo 150, VI, <i>d</i> , CF e as mídias digitais.....	13
IV A imunidade tributária do ICMS sobre serviços de comunicação e as obrigações acessórias.....	19
V Livros, jornais e periódicos como mercadoria ou serviço.....	22
VI Conclusões.....	23

A capacidade social como critério de concretização das imunidades tributárias

<b>Raquel Xavier Vieira Braga</b> .....	27
Introdução.....	27
1 O sentido da expressão "imunidade tributária".....	27
2 Sua espécie normativa.....	28
3 A função instrumental das imunidades tributárias.....	32
4 O sentido da imunidade tributária.....	33
5 Fundamentos.....	35
6 A capacidade social.....	36
6.1 Igualdade.....	40
6.2 O critério para aplicação da desoneração tributária.....	42
7 Conclusão.....	44
Referências.....	44

O microsistema das normas antielisivas do Direito Tributário Internacional

<b>Márcio Ladeira Ávila</b> .....	47
Introdução.....	47
1 A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann.....	48
2 Os microsistemas do ordenamento jurídico brasileiro.....	51
3 Os dois grandes subsistemas do Direito Tributário.....	56
4 O microsistema de normas antielisivas do direito tributário internacional.....	59
4.1 Dos países de tributação favorecida e dos regimes fiscais privilegiados.....	66
4.1.1 Interações no microsistema.....	67
4.1.2 Relações com o entorno.....	68
4.2 Dos preços de transferência.....	70
4.2.1 Interações no microsistema.....	71
4.2.2 Relações com o entorno.....	72
4.3 Da subcapitalização de empresas.....	72
4.3.1 Interações no microsistema.....	73
4.3.2 Relações com o entorno.....	75
4.4 Controladas e coligadas no exterior.....	75
4.4.1 Interações no microsistema.....	76

4.4.2	Relações com o entorno.....	77
	Conclusão.....	78

Denúncia espontânea: uma análise econômica da jurisprudência do STJ

<b>Christiano Mendes Wolney Valente</b> .....	81	
1	Introdução.....	81
2	Denúncia espontânea na doutrina jurídica tradicional.....	82
3	Aspectos econômicos da denúncia espontânea.....	86
4	A jurisprudência do STJ.....	91
4.1	Denúncia espontânea e tributos declarados, mas pagos em atraso.....	91
4.2	Denúncia espontânea e tributos parcialmente declarados pagos em atraso.....	94
4.3	Denúncia espontânea e parcelamento.....	95
4.4	Denúncia espontânea e obrigação acessória autônoma.....	97
5	Conclusões.....	98
	Referências.....	99

Aspectos relevantes sobre a multa prevista no artigo 35 da Lei nº 8.212 de 1991 e as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 2008 e a jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

<b>Patrícia Maia Feltosa de Oliveira</b> .....	101	
1	Introdução.....	101
2	Do regime de multas anteriormente ao advento da Medida Provisória nº 449 convertida na Lei nº 11.941.....	103
3	Das inovações trazidas pela Medida Provisória nº 449 convertida na Lei nº 11.941.....	104
4	Da inaplicabilidade do artigo 61 da Lei nº 9.430/96 como norma parâmetro na aferição da retroatividade benigna.....	105
5	Do entendimento das instâncias administrativas sobre a retroatividade benigna e da natureza da multa prevista no artigo 35 da Lei nº 8.212 de 1991 na redação original com as alterações da Lei nº 9.876 de 1999.....	107
6	Conclusão.....	114
	Referências.....	115

A imunidade tributária recíproca de empresas públicas prestadoras de serviços públicos: uma leitura da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

<b>Flaviane Ribeiro de Araújo</b> .....	117	
I	A jurisprudência do STF.....	117
II	O gozo da imunidade tributária recíproca por empresas públicas prestadoras de serviços de saúde.....	131
III	Conclusão.....	135
	Referências.....	137

Contribuição de melhoria: uma alternativa viável para o incremento da infraestrutura brasileira

<b>Vanessa Kiewel Cordeiro</b> .....	139	
	Introdução.....	140
1	Histórico da contribuição de melhoria.....	141
1.1	Surgimento internacional da contribuição de melhoria.....	141
1.2	Implementação e desenvolvimento no Brasil das normas legais atinentes à contribuição de melhoria.....	143
2	Características da contribuição de melhoria.....	150

2.1	Conceito.....	150
2.2	Características de tributo da contribuição de melhoria .....	154
2.3	Requisitos da contribuição de melhoria.....	156
2.4	Diferenças de obra pública para serviço público .....	161
2.5	Hipótese de incidência e fato gerador.....	163
2.6	A inexistência de base de cálculo e alíquota e os limites tributários da contribuição de melhoria .....	165
2.7	Os sistemas de cobrança .....	168
2.8	Sujeitos ativo e passivo.....	169
2.9	A contribuição de melhoria como tributo autônomo e distinto dos demais .....	171
2.10	Jurisprudência dos Tribunais Superiores .....	172
3	A contribuição de melhoria como uma alternativa viável para o incremento da infraestrutura brasileira .....	175
3.1	Do insucesso da contribuição de melhoria em nosso país.....	176
3.2	Das vantagens da utilização da contribuição de melhoria no Brasil.....	178
3.3	Da obrigatoriedade da instituição da contribuição de melhoria pelos entes estatais sob pena de incorrerem em inconstitucionalidade por omissão.....	180
	Conclusão .....	186
	Referências .....	188

#### PARECER

Inteligência do artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, quanto à contribuição sindical. Natureza tributária da imposição a ser suportada por participantes de categoria profissional ou econômica. O vocábulo da legislação ordinária “empregador” para efeitos tributários e constitucionais é sinônimo de “empresário” ou “empreendedor”.

**Ives Gandra da Silva Martins**..... 195

#### JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA